

CNF e STJ firmam parceria para ampliar conhecimento de ministros e assessores sobre mercado financeiro

Convênio de cooperação técnica assinado nesta quinta, 8, inclui o oferecimento de cursos gratuitos

A [CNF](#) (Confederação Nacional das Instituições Financeiras) e o [STJ](#) (Supremo Tribunal de Justiça) assinaram, nesta quinta-feira, 8 de abril, um convênio de cooperação técnica. A parceria contribuirá para aperfeiçoar e ampliar o conhecimento dos ministros e assessores sobre o mercado financeiro.

Esses profissionais costumam lidar com questões técnicas do sistema financeiro nas ações e recursos que são tratados pelos tribunais, mas nem sempre a grade de formação dos magistrados inclui os temas financeiros. Por isso a importância do convênio, que contará com o oferecimento de cursos e materiais educativos sobre o tema.

Iniciativas

Os ministros e assessores terão acesso gratuito ao curso “Sistema Financeiro Nacional: estrutura, funcionamento e tendência”, além de duas vagas garantidas em todos os cursos promovidos pela CNF. Os colaboradores do STJ também terão direito a 250 vagas para o curso à distância “Finanças para profissionais não financeiros”.

A parceria também permitirá que os associados da CNF – como a ANBIMA – divulguem cursos, notícias, materiais técnicos e outros conteúdos adequados para os integrantes do Poder Judiciário.

A primeira iniciativa do convênio será o [I Seminário CNF e Judiciário: o sistema financeiro e a aplicação do direito](#), no dia 15 de abril. O evento é formado por quatro painéis, das 9h às 12h, que falarão sobre os desafios da aplicação do direito em temas de mercado, o impacto das decisões judiciais na economia, a estrutura do sistema financeiro e o próprio convênio das entidades. A transmissão é gratuita pelo canal do STJ no YouTube e [quem se inscrever terá certificado de participação](#).

Saiba mais

O convênio foi assinado pelo ministro Humberto Martins, presidente do STJ, e Sérgio Rial, presidente do Conselho de Representantes da CNF. A cerimônia foi transmitida ao vivo pelo YouTube e pelo site das duas entidades – [confira!](#)

Títulos públicos de longo prazo registram perdas em março

Pelo terceiro mês consecutivo, as incertezas na economia impactam resultados dos papéis com maiores durações acompanhados pelo IMA

As rentabilidades dos títulos públicos de longo prazo caíram mais uma vez em março. De acordo com o [Boletim de Renda Fixa](#), pelo terceiro mês consecutivo, os subíndices do [IMA](#) (Índice de Mercado ANBIMA) que acompanham os papéis com maiores prazos tiveram as principais perdas do período.

O IRFM-1+, índice que espelha uma carteira de NTN-Fs e LTNs com vencimentos acima de um ano, desvalorizou 1,45% no mês, acumulando perda de 4,77% em 2021. Em seguida, o IMA-B5+, que reflete as NTN-Bs com mais de cinco anos de vencimento, recuou 1,17% em março, intensificando sua perda no ano para 5,10%.

“A abertura das taxas dos títulos, principalmente dos prefixados, tem relação com a piora das expectativas de longo prazo dos investidores. Isso aconteceu por conta das consequências do

agravamento da pandemia na atividade econômica e nas contas públicas, sobretudo em um contexto de aumento da inflação”, avalia Hilton Notini, gerente de Preços e Índices da ANBIMA. Indicativos que comprovam isso são as taxas de março de colocação das NTN-Fs com vencimentos em janeiro de 2027, 2029 e 2031: todos os papéis foram vendidos com prêmios maiores do que em leilões de meses anteriores.

Entre os papéis com prazos mais curtos, o IRF-M 1, índice que representa os prefixados de até um ano de vencimento, teve variações positivas de 0,04% no mês e de 0,13% no acumulado do ano. O IMA-B5, formado por títulos indexados à inflação com prazos até cinco anos, apresentou rentabilidade mensal de 0,34% e perda de 0,15% no ano. A carteira das LFTs em mercado, refletida pelo IMA-S, encerrou março com rendimento de 0,17%.

[+ Assine nossas publicações gratuitamente](#)

Na contramão dos títulos públicos, os papéis corporativos, acompanhados pelo [IDA](#) (Índice de Debêntures ANBIMA), registraram valorização mensal em todos os subíndices. Os destaques foram as duas carteiras de menores durações: o IDA-IPCA ex-Infraestrutura (prazo médio de 2,2 anos), com rentabilidades de 0,92% em março e de 1,27% no ano, e o IDA-DI (2,3 anos), com 0,63% em abril e 1,52% em 2021. O IDA-IPCA Infraestrutura, que reflete papéis de maior duração (média de 4,8 anos), apresentou variações de 0,37% e de -0,46% no mês e no ano, respectivamente.

[+ Confira os resultados completos no Boletim de Renda Fixa](#)

Fonte: ANBIMA, em 08.04.2021